



ACTAS DE LISBOA

FÓRUM LISBOA

Lisboa 19 e 20 de Junho de 2009

3^o

encontro nacional sobre orçamento participativo

3^o

ACTAS DE LISBOA

encontro nacional sobre orçamento participativo

Projecto Orçamento Participativo Portugal
(Associação IN LOCO, Câmara Municipal
de Palmela, Câmara Municipal de S. Brás
de Alportel, Centro de Estudos e Formação
Autárquica, Centro de Estudos Sociais,
Junta de Freguesia de Carnide)

FÓRUM LISBOA
Lisboa 19 e 20 de Junho 2009

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Actas de Lisboa – III Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo 19 e 20 de Junho 2009

EDIÇÃO

Orçamento Participativo Portugal

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Nelson Dias

TRANSCRIÇÃO, TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Manuel Soares

FOTOGRAFIA DA CAPA

Juliana Torquato

DESIGN E PRODUÇÃO

Ideias em Baú, Comunicação Marketing, Lda. - Faro

IMPRESSÃO

SIG - Soc. Ind. Gráfica - Camarate

TIRAGEM

500 ex

DEPÓSITO LEGAL N.º

287058/08

DATA DA EDIÇÃO

Lisboa 2009

FINANCIAMENTO

Equal
"de igual para igual"



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
SESSÃO DE ABERTURA	11
Nelson Dias (Coordenador Global do Projecto “OP Portugal”)	12
Ana Vale (Gestora Nacional da Iniciativa Comunitária EQUAL)	14
António Costa (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa)	16
<i>Os Desafios da Democracia Participativa</i> - Boaventura de Sousa Santos (Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)	19
PAINEL 1 - PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADULTOS: DOIS MUNDOS EM DIÁLOGO	27
António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel)	29
Paulo Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide)	33
PAINEL 2 - DESAFIOS PARA OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS EM PORTUGAL	39
<i>A Participação em Pequenos Municípios</i> - Ricard Herrero (Presidente do Ayuntamiento de Santa Cristina d’ Aro, Espanha).....	41
<i>Diário de uma Experiência Metropolitana ao Nível de Freguesia</i> - Susana Fantino (Presidente do Município IX, Roma)	46
<i>A Coordenação Técnica dos Processos de Participação</i> - Ana Teresa Vicente (Presidente da Câmara Municipal de Palmela)	52

<i>Participação e Planeamento Estratégico</i> - Carlos Carreiras (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais)	54
<i>Aprofundamento Metodológico na Gestão dos Espaços de Debate</i> - Paolo Martinez (IDEAI, Barcelona)	58
PAINEL 3 - REDES E GRUPOS DE TRABALHO SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	60
<i>Introdução</i> - Giovanni Allegretti (Centro de Estudos Sociais e Associação Rede Novo Município, Itália)	61
Carlos Alberto Contreras López (Presidente do Ayuntamiento de Barrancabermerja - Rede Colombiana de Orçamentos Participativos, Colômbia)	62
Gabriel Álvarez Fernandez (Câmara Municipal de Getafe, membro da Federação de Municípios e Províncias, Espanha)	66
José Manuel Galvez (Fórum de Autoridades Locais, Espanha)	68
Clênia Maranhão (Secretária Municipal da Prefeitura de Porto Alegre, Brasil)	74
PAINEL 4 - “DO ECRÃ PARA A RUA” – DO VIRTUAL PARA O PRESENCIAL	79
Susana de Fátima Amador (Presidente da Câmara Municipal de Odivelas)	81
Augusto Pólvora (Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra)	84
Fátima Fonseca (Directora Municipal de Serviços Centrais da Câmara Municipal de Lisboa)	89
Julio Andrade Ruiz (Vereador de Participação Cidadã, Imigração e Cooperação para o Desenvolvimento do Ayuntamiento de Málaga)	96

SESSÃO DE ENCERRAMENTO E APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO LIVRO “72 PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO”	107
Mohamed Alfani (UN-HABITAT)	109
Ana Vale (Gestora da Iniciativa Comunitária EQUAL)	115
Yves Cabannes (Autor de 72 Perguntas Frequentes Sobre Orçamento Participativo)	116

4 Os Desafios da Democracia Participativa

Boaventura de Sousa Santos

(Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

O OP de Porto Alegre, no Brasil, que começou exactamente em 1989, foi a grande escola dos OP's que temos hoje por toda a América Latina e na Europa. Técnicos europeus, latino-americanos e, pelo que vi recentemente em Nova Deli, até asiáticos, vieram beber às experiências latino-americanas as determinações técnicas e políticas que fizeram do OP um êxito estrondoso durante tanto tempo, um êxito que se tornou sustentável: sustentável enquanto modelo de acção política e não tanto como exemplo específico dessa acção, isto é, uma cidade pode ter durante um certo tempo o OP e eventualmente perdê-lo por razões políticas, por mudança da classe política do município e, na cidade ao lado, noutra país é relevada a bandeira do OP e traz novidades. Portanto, se tivermos dele essa visão ampla, o OP é hoje um processo de aprendizagem extraordinário; é por isso que temos também o Observatório das Práticas de Participação, exactamente para podermos dar conta dessa imensa criatividade que o OP e outras formas de democracia participativa criaram. E os públicos a quem nos dirigimos mudaram muito nos últimos anos. Durante muito tempo pensámos que era preciso convencer a sociedade, os cidadãos, as organizações sociais a participar nestas formas de OP. Com o tempo demo-nos conta de que, se não convencermos os técnicos dos municípios, nada se poderá avançar; para mim, nas minhas acções, os técnicos são neste momento o público-alvo, uma vez que têm um grande conhecimento da realidade municipal, têm uma enorme riqueza de trabalho atrás deles e, por vezes, têm a ideia de que qualquer inovação institucional é criada à sua custa e de que, sobretudo, não preza nem premeia o trabalho e a experiência que acumularam ao longo dos anos. Apercebi-me disso há já muitos anos, quando dez anos depois de termos criado o OP em Porto Alegre, e eu acompanhei-o durante toda a década e escrevi vários livros e artigos sobre o assunto, compreendemos que os funcionários da Câmara, não só não conheciam o OP, como até tinham uma atitude hostil em relação a ele - por puro desconhecimento, por pura falta de articulação entre o executivo e os seus técnicos. E os técnicos municipais são um recurso inestimável nos tempos que correm, e portanto é também com eles que se tem de fazer o OP. E, obviamente, eles têm de saber que o OP lhes permite, também a eles, mais participação na Câmara, contrariando a ideia de que mais participação dos cidadãos implica menor participação dos técnicos. Penso que essa é uma visão errada; do que nós precisamos é de mudar a cultura do técnico. Dei-me conta disso em Porto Alegre, durante muito tempo, quando técnicos, arquitectos, urbanistas ou engenheiros achavam completamente desnecessário ter de ouvir os munícipes sobre como construir uma estrada ou sobre o tamanho dos tubos para drenar a água das chuvadas nos arroios das encostas íngremes de Porto Alegre. Porque eles eram os técnicos, eles é que sabiam tudo! Com o tempo começaram a ouvir porque começaram a ver que aquela gente tinha um conhecimento prático que os podia ajudar extraordinariamente nas suas soluções técnicas: - eles viviam lá e sabiam que os caudais de chuva de vez em quando são de outro tipo e tinham o conhecimento meteorológico popular, o que faz com soubessem que aquele tamanho de tubo não era o mais adequado. E aprenderam a ouvir. Mas não ficaram cientes de que, depois disso, era preciso fazer alguma coisa. Numa segunda fase, para além de ouvir, passaram a poder discutir com os munícipes e a alterar aspectos do plano urbanístico, por exemplo, na construção dos espaços públicos, dos espaços verdes, com os utilizadores a dizerem "...mas aqui fazemos isto, ali fazemos aquilo, aqui há uma escola, ali há um bar muito popular..." coisas que os técnicos, por vezes, não conheciam. Quer dizer, o OP é a primeira nota, quase introdutória e inicial, e deixo-a porque estamos aqui, em Lisboa, no mais importante município do país, onde é fundamental que o OP tenha um êxito visível. Não que não seja importante nos outros municípios, é importante, muito importante; quando iniciámos esta aventura dos OP's em Portugal, fizemo-lo em pequenos municípios e juntas de freguesia. Mas quando nós, militantes da democracia participativa, temos a possibilidade de um presidente de Câmara, o Dr. António Costa, nos dizer o que acabou de dizer, inclusive algo que talvez tenha passado despercebido, não sei se a todos: que o OP é vinculativo. Ora, em Portugal, o OP é consultivo – ao contrário de Espanha, onde é fundamentalmente vinculativo, deliberativo. Assim, acho que é importante avançar para o OP, mas avançar em força, fazendo esta avaliação constante. Antes de o Dr. António Costa mencionar os aspectos negativos que enumerou, eu já estava a registar alguns deles, baseado na minha experiência. Conhecemos todas as experiências de votação

electrónica nas nossas cidades e temos consciência das suas potencialidades e dos seus limites, sobretudo numa sociedade semi-periférica como Portugal, onde nem todas as pessoas têm acesso e, se têm, não têm ainda a cultura [da Internet] e onde, portanto, podemos ser reféns de grupos organizados; ainda bem que há o grupo das bicicletas, mas podia ser outro! O grande problema é, pois, como se equilibram os interesses numa democracia participativa. Por isso, é muito importante a base, ou seja, a organização das assembleias; elas têm de ser presenciais, sendo a partir daí que se estabelecem as necessidades. Caso contrário, podemos ter estas distorções...se é que se trata de uma distorção, não estou a dizê-lo de forma taxativa. Esta nota prévia é para contextualizar no caso que temos presente.

Porque é que o OP vai ser muito importante nos próximos anos, na Europa, em geral, e em Portugal? É um truísmo estar dizer que estamos a viver uma crise que é financeira, que é económica, que é ambiental, que é energética, e que também é uma crise de alianças políticas. As últimas eleições europeias mostraram que os cidadãos estão, ou revoltados ou resignados, mas não estão bem. Não estão bem com a classe política que têm e, se calhar, também não vêem no horizonte soluções mágicas para substituí-la, o que é preocupante; mas toda a preocupação deve ser fonte de oportunidade. Os inquéritos que se têm feito na Europa, na União da Sociologia, mostram uma coisa extraordinária (que não é exclusiva da Europa, mas tem aí uma forte incidência): - as identidades primárias dos cidadãos são locais, regionais e, só depois, nacionais e transnacionais. Isto quer dizer que as pessoas se identificam com a sua rua, o seu bairro, a sua cidade, por vezes com a sua região, o que varia de país para país, depois com o país e, finalmente, com a União Europeia – ou a Europa. Os níveis de identidade mais densos que encontramos na Europa – não estamos a falar de povos da América Latina ou de África, onde isto pareceria natural; não, é aqui, na Europa – são de nível local! E, sendo assim, sobressai a grande responsabilidade dos municípios em voltar a trazer os cidadãos à política e, portanto, em voltar a dar-lhes a esperança de que a democracia se faz no concreto, na participação de todos, e não através de decisões secretas, manipuladas por lóbis, sendo-nos posteriormente apresentadas as soluções, através dos órgãos de comunicação, como únicas; quando nós, cidadãos, com as simples luzes da vida, somos capazes de ver que aquilo é manipulação, que aquilo representa interesses baixos, e que nos está a ser apresentado como interesse local ou nacional!

Penso que as cidades são hoje o grande teste da democracia no mundo. E são-no também porque pela primeira vez na História, mais de metade da população vive em território urbano. Não quero dizer que não haja municípios rurais e que eles não sejam importantes, mas é realmente na cidade que vamos fazer o grande teste que nos permitirá saber se caminhamos para sociedades melhores, se uma outra sociedade é possível, se uma outra cidade é possível, ou se vamos passar por formas de (re)colonização, por formas de exclusão. E os sinais são perturbadores; quando analisamos o que se passa, sobretudo na Europa, vemos que as cidades são, neste momento, extremamente contraditórias: elas são, simultaneamente, um lugar de esperança (porque é que tanta gente sai das aldeias para as cidades?) e de frustração. Elas são também o grande campo da oportunidade, mas que se pode transformar, frequentemente, numa incerteza intolerável. Elas são um lugar de autonomia: homens e mulheres sentem-se mais autónomos na cidade, embora muitos deles/as venham a experimentar depois que ela é apenas uma forma de servidão, talvez ainda mais dura e mais cruel do que a que tinham nas suas aldeias ou nos seus lugares de origem. Elas são o lugar da solidariedade: aí podemos, eventualmente no seio de um grupo maior, encontrarmo-nos, apesar de mais anónimos, mais solidários; mas são também o lugar da insegurança. E a insegurança é, cada vez mais, um dos pontos negativos das cidades. Elas têm estes aspectos positivos, a esperança, a oportunidade, a autonomia e a solidariedade mas, por outro lado, têm os aspectos negativos, o seu lado obscuro, escuro: medo, incerteza, servidão e insegurança. Portanto, estamos a assistir, nas cidades, a este quadro caótico e difuso em que, por um lado, a cidade é um lugar de caos, de corrupção, de impunidade, de desordenamento, de apropriação fácil do Estado municipal pela corrupção – todos sabem como, na última década, em Portugal, o poder municipal foi demonizado pela ideia da corrupção. Ao mesmo tempo, as cidades são os centros gloriosos das grandes infra-estruturas, das novas centralidades, da nova oferta cultural, dos novos espaços públicos, das tecnologias de informação e comunicação.

Assim, em que situação nos encontramos hoje nas cidades? Falo de uma cidade como Lisboa, embora isto

seja aplicável às outras, com alguma qualificação, naturalmente. Nós vivemos neste momento uma disjuntiva muito forte entre duas formas de urbanismo da cidade, e penso que temos de tomar uma decisão sobre elas, sendo que essa decisão só pode ser tomada através da democracia participativa; e esta apenas contempla uma dessas formas e não a outra. O grande modelo, talvez o modelo dominante que parece ter-se vindo a afirmar nas cidades a partir dos anos 80 e 90 é aquele a que chamamos o urbanismo neoliberal, quer dizer, o que cria uma estrutura urbana difusa, caótica, segmentada, na qual existem enclaves temáticos altamente inclusivos, isto é, de hiper-inclusão, de maior qualidade de inclusão - e de vários tipos: os comerciais (shopping centers), os habitacionais (condomínios fechados), os de lazer (Disneylândias, Disneyworlds por todo o lado) e, naturalmente, os tecnológicos (os parques tecnológicos). Temos, portanto, enclaves de grande inclusão. Mas temos, por outro lado, uma cidade marginalizada, uma cidade sem infra-estruturas (ou com infra-estruturas em decadência), com espaços públicos muito delimitados, com espaços verdes ainda mais [delimitados], com violência, ou seja, uma outra cidade. E, entre as duas cidades, temos aquilo a que chamamos os “espaços lacónicos”: um ou outro shopping, as auto-estradas e as bombas de gasolina. As cidades que tinham uma unidade orgânica vão perdendo essa ideia fundamental, não apenas de uma centralidade, mas de várias centralidades com grande qualidade e beleza.

É tudo isto que caracteriza o urbanismo neoliberal, e que contém contradições incríveis:

- a primeira, e Lisboa não escapará a isso, diz respeito à distinção pela competitividade; para competir têm de ser distintas, querem ter uma oferta especial, querem ser diferentes das outras cidades. Acontece, no entanto, que recorrem todas aos mesmos arquitectos e, quando fazem as suas zonas comerciais, são as mesmas empresas de marcas de pronto a vestir que lá se instalam. Portanto, a luta pela distinção acaba na banalização da homogeneidade: visitar uma zona comercial em Barcelona não é muito diferente de visitar uma em Lisboa, ou em Paris, ou Lancaster! O desejo da distinção cai, assim, na banalidade da semelhança;

- em segundo lugar, temos algo que é muito dilemático nas cidades: a ocupação privada dos solos é cada vez mais um obstáculo à criação de uma cidade integrada. Este é um dos temas mais dilemáticos no próprio OP; por exemplo, nós, em Porto Alegre – digo “nós”, porque participei activamente no seu OP, através da minha relação com os vários prefeitos, mas sobretudo com o Prefeito de então, Tarso Genro, - conseguimos muitas coisas, mas não conseguimos a regularização fundiária, quero dizer, a questão da terra. Isto porque Porto Alegre é dominado por seis ou sete latifúndios urbanos, como se lhes chama na gíria. E portanto, por aqui se vê como a ocupação do espaço urbano é algo de difícil. O urbanismo neoliberal obriga os discursos dos nossos autarcas a entrarem numa cadeia de palavras que confundem os cidadãos porque são contraditórias em si – apesar de aparecerem no mesmo discurso, nas mesmas frases, com a esperança de que os cidadãos não detectem essas diferenças. Exemplos de palavras-chave: competitividade, coesão social, sustentabilidade, governabilidade, segurança, participação. Mas acontece que estas palavras se contradizem umas às outras: se queremos competitividade, provavelmente vamos afectar, em algum caso, a coesão social, podendo afectar também a sustentabilidade; se queremos a participação, não podemos estar dominados pelas câmaras de vídeo vigilância, não podemos ter a paranóia da segurança. Não se pode pedir participação aos habitantes das favelas do Rio de Janeiro e, depois, construir muros à sua volta, como aconteceu recentemente – e que, só depois de uma forte contestação mundial, na qual participaram muitos portugueses, esses muros passaram a ser pequenas paredes que as pessoas podem saltar. E então tornou-se claro que elas serviam apenas para proteger a mata atlântica.

Mas, qual é o grande desafio para o qual o urbanismo neoliberal não tem solução? É, exactamente, para o aumento da exclusão social que ocorrerá nas próximas décadas. Qualquer autarca, qualquer técnico sabe que essa exclusão está a aumentar. E o que é a exclusão? Exclusão não é pobreza, como sabemos; é a perda dos vínculos, dos laços sociais e inter-pessoais que deixam as pessoas sós, que as deixam vulneráveis, que as deixam indefesas, que as deixam abandonada, pessoas que às vezes se suicidam e nós só sabemos cinco dias depois! É ao que estamos a assistir, e todos os inquéritos feitos na Europa mostram que a exclusão social está a aumentar.

Naturalmente, a pobreza severa é um factor importante na exclusão. Quais são os outros? Desemprego desprotegido (já temos duzentos mil trabalhadores sem subsídio de desemprego), doenças ou incapacidades, deficiente formação de base, precariedade laboral, isolamento familiar ou pessoal; as crescentes precariedade laboral e debilidade dos laços familiares, as crescentes dificuldades de acesso à habitação e as deficientes condições de habilitação estão a criar, no seu conjunto, uma cadeia exponencial e viciosa de explosão social. Nesta, as mais vulneráveis são as mulheres, sobretudo aquelas em idade fértil; elas são também, como sempre, as mais participativas, basta olhar para este auditório; são também os jovens e os velhos, ou seja, o alargamento da escala etária faz com que as pontas desta escala estejam cada vez mais desprotegidas: os jovens, que não têm qualquer possibilidade de obter um trabalho estável, ou digno, com direitos, e os velhos – que consideramos velhos, no nosso sistema, a partir dos quarenta/quarenta e cinco anos e que, em muitas áreas, já não conseguem emprego de novo – são totalmente vulneráveis. Os laços familiares, aquilo a que chamávamos nos anos 80 e 90 a Sociedade Providência, isto é, aqueles laços que colmatam as deficiências do Estado Providência, também já lá não estão; por isso as pessoas vão para os lares – quando os há – e, portanto, entram em sistema, por vezes disfarçado, ou não, de filantropia. E, naturalmente, o terceiro grande grupo, constituído pelos imigrantes, sendo sobretudo os de etnia africana, os mais vulneráveis.

E o que está a fazer a exclusão? Está a fazer com que estas populações se vão acomodando nas tais áreas marginalizadas das cidades. Muitas delas têm uma vida perfeitamente normal, são honestas, estão dentro da legalidade e não têm nada que se lhes aponte; mas, pelo facto de viverem em zonas consideradas perigosas, acabou-se! Quem lá vive, se dá o endereço não tem emprego, não tem crédito, não tem amigos; e sem que nada tenha feito para isso, apenas porque não pode ir para outro lado! Penso que este padrão de exclusão é forte, e é por isso que temos de lhe opor o urbanismo cidadão, o urbanismo da cidadania; e este não se constrói sem a democracia participativa. Mas a democracia participativa supõe um esforço muito forte, precisamente porque a sociedade portuguesa não tem uma grande tradição democrática: quarenta e oito anos de ditadura são um peso muito grande, e a construção da democracia tem dado demasiada centralidade aos partidos políticos. Os mais velhos ainda se recordam das discussões na Assembleia que levou à Constituição e como foi importante determinar-se que a vida e a organização políticas deveriam estar centradas nos partidos e não nos movimentos de cidadãos. Porquê? A explicação era simples: “...Portugal não tem uma tradição democrática, é preciso fortalecer os partidos, se não o fizermos a nossa democracia entrará em crise.” E é o sistema que temos: partidocrático e, na verdade, muito menos dinâmico relativamente aos movimentos de cidadãos do que o de outras sociedades.

Penso, portanto, que esta é uma primeira questão que dá toda a importância à democracia participativa. Porquê? Porque ela nem sequer exige a criação de movimentos sociais. Ela vai buscar os cidadãos e, se alguns deles se querem constituir como organizações e movimentos, porque é a única maneira de lutarem pelos seus interesses, quando se fizerem as assembleias nas quais se realizam as votações já aqui mencionadas, elas têm de ser criteriosamente organizadas, tem de se saber que são pessoas daquela região, que não há o interesse de uma qualquer associação ou de um qualquer construtor que aluga três ou quatro autocarros para aquela reunião, de modo a ter os votos favoráveis a uma obra, fazendo parecer, depois, que a decisão foi participada! Não pode ser. Tem de haver controle, só votam as pessoas daquela região e que estão recenseadas; por isso, à porta da assembleia está alguém a recensear os participantes: - “De onde é, onde está o seu cartão de eleitor, ou de residência?...” Obviamente, só se pode votar nestas condições, e presencialmente. Portanto, o que faz a democracia participativa é capacitar o cidadão enquanto tal. É claro que se ele tiver consigo uma associação que lhe recomenda que vá a essa reunião porque ela é muito importante, não há problema, são pessoas da região, ou do bairro, ou da freguesia; a associação tem então um papel muito importante. Aliás, em alguns OP's do mundo há votos específicos para as associações dos bairros, ou seja, um voto que não é individual, que é qualificado para as associações quando elas são muito fortes; isto é conseguido através de acordos políticos que se estabelecem. A geometria do OP é muito variável, é muito dúctil e, portanto, muito criativa nas suas formas. Temos, por exemplo, na América Latina, em Cotacachi e em Mazatenango, na Guatemala, um OP no qual as comunidades são indígenas e o voto é por consenso! Porque os indígenas, quando querem decidir sobre assuntos locais, não votam depositando o seu voto em urnas; reúnem-se num círculo e discutem durante horas a fio e, no final, chegam a um consenso, sendo o voto colectivo. Como poderão imaginar, isto teve de passar pelo Tribunal

Constitucional da Guatemala porque que os tribunais ordinários não aceitavam o voto colectivo, uma vez que o voto é uma prerrogativa individual e não colectiva. Tratou-se de um grande esforço e de um caso que eu defini como OP intercultural. Estamos perante diferentes formas de democracia que se articulam.

Portanto, a democracia participativa, através do OP – mas pode ser também através dos referendos, dos plebiscitos, dos conselhos (da saúde, da educação, hoje tão importantes e vinculativos no Brasil, onde temos tanto que aprender com os conselhos municipais e estaduais) -, contempla formas diferentes de votação, desde que sejam acordadas e as regras de deliberação democraticamente construídas; ninguém pode impor regras de deliberação. Assim, penso que o urbanismo cidadão visa fundamentalmente aspectos que têm de ser vistos com muita coragem, o que nem sempre existe. O primeiro é o de chamar os cidadãos que, como digo no texto que tendes convosco, estão tão martirizados pelas patologias da representação e da participação, que não querem participar. A patologia da representação, como sabem, tem a ver com o facto de os cidadãos já não terem confiança nos seus representantes, de não se sentirem representados pelos seus representantes. A da participação está associada àquela expressão que ouvimos cada vez mais: - “Ah, o meu voto não conta; voto neste ou naquele e depois eles fazem o que querem!” Assim não se constrói a democracia. Na democracia participativa, os cidadãos não delegam nos decisores, eles são os decisores e, portanto, querem ver resultados. Assim, o primeiro grande desafio do OP é ser capaz de apresentar resultados.

Estive muito atento ao que disse o Dr. António Costa, assim como tenho falado com outros presidentes e técnicos de câmaras, e sei que é fundamental a obtenção de resultados, apresentar obra feita. Esse é também um desafio que se põe ao OP. O nível de tolerância para com a irrelevância da democracia participativa, da participação no orçamento, é baixíssimo: uma pessoa participa, mas vê que no ano seguinte a obra não surge; ou lhe dão uma justificação estúpida, ou uma que não a convence e ela nunca mais volta às reuniões. Enquanto na democracia representativa continuamos, por vezes, a votar nos mesmos partidos apesar de eles nos desiludirem todos os quatro anos, tal já não acontece na democracia participativa: vamos a uma reunião e decidimos sobre uma obra, fica combinado fazer-se isto ou aquilo mas, se tal não se concretiza e não nos dão uma explicação bem fundamentada, nunca mais lá voltamos. Por exemplo, aquela que foi dada em Porto Alegre, em 1990, “...é que nós aprovamos estas obras, mas não tínhamos dinheiro para as fazer”! Participei em algumas reuniões do OP daquela cidade, nesse ano, e dei-me conta de que havia na sala mais técnicos da câmara do que pessoas dos bairros, ou seja, elas tinham-se ido embora! Porquê? Porque assim não vale a pena; as pessoas votaram numa coisa que não se veio a concretizar e consideraram isso uma fraude. O nível de intolerância perante a incompetência ou a inacção dos autarcas é altíssimo quando se trata do OP. Essa é, portanto, a grande exigência. Daí a importância da vontade política. Se ela não existir, se não houver articulação entre cidadãos, movimentos sociais e partido que está no poder, não haverá OP. Posso dar-vos um exemplo interessante da minha experiência comparada é exactamente o de Porto Alegre: depois de o Partido dos Trabalhadores ter perdido as eleições, por causa de erros que cometeu, mas que não tinham a ver com o OP, o presidente da câmara vencedor, e porque o OP não estava em causa, só o foi porque se comprometeu a mantê-lo. Ele afirmou durante a campanha que não era do PT, mas sim do PSDB; no entanto, se vencesse, manteria o OP, uma vez que ele tinha sido uma conquista dos portoalegrenses. O candidato que ganhou sabia pouco de OP. Quem sabe tratou-se inicialmente de uma estratégia para ganhar as eleições. Porquê? Porque o OP era hegemónico na cidade, isto é, porque tinha uma grande credibilidade junto das pessoas; apesar das exclusões, apesar de não atender a toda a gente, apesar de, por ser vezes, ser apropriado por franjas mais activas da classe média. Hoje o OP corre o risco de desaparecer, em Porto Alegre. Haverá eleições e espera-se que possa acontecer alguma coisa. Em meu entender, aí, o OP perdeu a alma e tem de a reconquistar. E não afirmo que tenha de ser através de alguém do PT, mas que tem de ser de alguém que acredite verdadeiramente no OP. Podem-se invocar, como se fez em Porto Alegre, as crises financeiras; mas elas existirão sempre e, portanto, o problema é mais complexo do que isso.

Outro desafio que se põe ao OP é o seguinte: os cidadãos transformam rapidamente as suas reivindicações em direitos, exigindo também que a sua participação seja um direito. Assim, assumem-no (o OP) como seu, é isso que eles querem da sua cidade. Daí que estejamos hoje a elaborar uma série de Cartas da Cidade baseadas em ideias do que são direitos.

Mas há obstáculos que o OP encontra hoje, sobretudo na Europa, embora também na América Latina: um deles é a ocupação privada do solo; há quem pense que o OP é incompatível com isso, salvo se essa ocupação for muito bem regulada, coisa que não tem acontecido. Outro tem a ver com a exigência, requerida pelo OP, da separação entre cidadania e nacionalidade. Por outras palavras, tem direito a participar quem reside na cidade, seja nacional do país ou não. As cidades europeias são cada vez mais multiculturais e mais diversas, e não podemos criar formas de exclusão e guetos de não participação. Portanto, ao nível da cidade podemos fazer coisas que talvez não seja possível fazer ao nível de país. É por isso que as cidades são centros de inovação; porque aí se fazem coisas que nos países não se fazem. O exemplo mais interessante disso é o que se passa nos Estados Unidos: aí não se consegue que, a nível nacional, seja implementado, não o salário mínimo, mas o salário que dê para viver (living wage); no entanto, em várias cidades ele existe! Esta é uma prova de que o nível da cidade pode inovar, de uma forma que o nível nacional não pode. E porque é que a ocupação privada do solo põe problemas? Porque, como está a acontecer em muitas cidades, se estão a remover milhares e milhares de pessoas para lugares afastados; é o caso, em que estou a trabalhar, do que se está a passar numa cidade de um país africano de língua portuguesa, Luanda. E aí, isso está a acontecer com uma violência brutal. Tem-se vindo a verificar uma mudança muito significativa nos direitos da cidade: passou-se do direito à moradia, ou à habitação, para o direito ao lugar. Isso quer dizer que, se por causa de qualquer obra de interesse público, as pessoas tiverem de ser removidas, elas têm o direito a ser realojadas o mais próximo possível do local que deixarem, e não para trinta ou quarenta quilómetros de distância, como está a acontecer agora. Por isso digo que esta complexidade obriga a que se estabeleça um pacto, um pacto político de dois tipos: um, entre o executivo autárquico e os cidadãos e as suas organizações, e outro interno, relacionado com a forma como o poder executivo olha para os técnicos municipais; tem de deixar de vê-los apenas como técnicos que fazem o que se lhes manda, quase como um peso morto, para começar a mobilizá-los e a treiná-los especificamente para o OP. Caso contrário, ele não avança; pode até ser boicotado pelos técnicos. Reparem numa coisa, e estão aqui, certamente, alguns técnicos municipais: é muito importante que este técnico não pense que o OP vai significar mais trabalho para ele. Mas é isto que muitas vezes acontece. Esse trabalho é pago? Qual é a remuneração que se vai dar ao técnico por ter mais trabalho? Que vantagens é que isso traz para a carreira de um técnico que se entrega de alma e coração à questão da democracia participativa? É que isso obriga-o a não trabalhar apenas das nove da manhã às cinco da tarde; por vezes as reuniões são à noite. E, é preciso não esquecer, as pessoas têm filhos, têm família. Portanto, esta questão tem de ser levada muito a sério. Conheço-a bem, até porque o meu próprio Centro tem vindo a colaborar com a Câmara Municipal de Lisboa na formação dos seus técnicos. Esta é, para mim, uma questão fundamental.

Podemos dizer que o OP, em conjunto com outros instrumentos e técnicas de participação (os conselhos, os plebiscitos, os referendos, as consultas, as audiências, etc.), deve ser vinculativo ou, pelo menos, deliberativo. É para a sua natureza deliberativa que devemos caminhar. Este tem sido o meu princípio e tem sido muitas vezes difícil convencer dele os políticos e os autarcas.

No OP, na democracia participativa, quanto mais poder se dá, mais poder se recebe. Por vezes os autarcas oferecem resistência a passar certas decisões para os cidadãos porque não sabem qual o resultado e, portanto, temem que isso seja uma perda de poder. Não, como disse, quanto mais poder se dá, mais poder se recebe. Na verdade, os autarcas que têm promovido OP's com genuinidade, com boa fé e com interesse político, têm-se dado bem com isso – do ponto de vista político.

Vejamos quais são os direitos para os quais temos de apontar no urbanismo cidadão. É um catálogo exigente, e é com ele que vos deixo: primeiro que tudo, o direito à habitação e ao lugar; esta é uma grande regra. Depois, o direito ao espaço público e à monumentalidade, o direito à beleza, o direito à identidade colectiva dentro da cidade, o direito à mobilidade e à acessibilidade, o direito às centralidades plurais, o direito à conversão da cidade marginal em cidade de cidadania, o direito ao governo de proximidade, o direito à inovação política local, o direito ao refúgio – a cidade tem de ser refúgio para pessoas que são procuradas por outros, o direito a um emprego e a um salário cidadão, o direito às T.I.C.

Não resisto, antes de terminar, a dar-vos o exemplo de um amigo e colega, Sergio Fajardo, ex-Presidente da

Câmara de Medellín, uma das cidades mais violentas da Colômbia. Recentemente recebeu um prêmio do município de Barcelona; fui convidado para fazer a apresentação da pessoa e do prêmio, o que fiz com muito gosto. Qual foi o segredo de Sergio Fajardo em Medellín (como se lembram, a cidade de Pablo Escobar, a cidade da droga, etc.)? Fez três coisas muito interessantes: como o descrédito nos partidos era total, tomados que estavam pelos paramilitares, quer o Partido Liberal, quer o Conservador, criou um movimento de compromisso com os cidadãos, tendo sido este movimento que o levou à presidência. Começou então a transformar a cidade mais violenta da Colômbia na cidade mais educada; e fê-lo através de um investimento enorme na área da educação e de uma estratégia que passou pelo envio de equipamentos de ponta e dos professores mais qualificados para as zonas periféricas e mais perigosas. Assim, naquelas grandes comunidades de Sur Oriental e Sur Ocidental, existem hoje bibliotecas e parques tecnológicos de alta qualidade para jovens que antes andavam na droga. Ele viu que podia vencer a violência através da educação. Por outro lado, a ideia da beleza: contratou e conseguiu, solidariamente, arquitectos de grande categoria para projectar obras nas zonas mais degradadas – o direito à beleza, o direito à monumentalidade do espaço público. Isto assenta no princípio de que obras de degradado valor arquitectónico potenciam a degradação das zonas onde se inserem. Mesmo com resistências iniciais, ele conseguiu inverter a lógica dominante e obteve dois mandatos com o total consenso da população, sendo hoje candidato à Presidência da República da Colômbia. Não sei se será bem sucedido, porque uma coisa é a cidade e outra a Colômbia; pode-se fazer uma cidade sem partidos, mas não se pode chegar a presidente sem eles. De qualquer maneira, existe uma iniciativa notável no pior lugar, num lugar em nos perguntamos como pode haver participação; como se participa num sítio em que, às vezes, quando estamos no hotel, temos de fugir para não sermos atingidos por uma bala perdida! Mas ele fê-lo.

Se é possível fazê-lo naquelas circunstâncias, estou certo de que o será também em muitas outras. Para mim, Lisboa pode ser uma lição de democracia; uma lição de democracia de alta intensidade. Portugal precisa de experiências de democracia de alta intensidade; os municípios que o têm feito têm sido notáveis, foram precursores, e é muito importante que não nos centremos apenas em Lisboa, uma vez que o país já sofre de desertificação há muito tempo e já sofre muito de “lisboacentrismo”. Mas o meu desejo é que Lisboa seja um bom modelo de democracia participativa para o país. Se o for, e como é a cidade que é mais objecto da especulação, aquela onde os interesses imobiliários são mais fortes, isso significaria que o poder político estaria num patamar muito superior àquele em que está em termos nacionais. Esperemos, pois, que isso aconteça, e que aconteça também pelo país. Não seria muito interessante que tivéssemos uma ilha de democracia participativa em Lisboa e o resto não funcionasse. Não nos interessa que haja só em S. Brás de Alportel; foi ótimo terem sido pioneiros, mas hoje temos também outros sítios, como Palmela ou Carnide; como sabem, há mais de 20 experiências espalhadas pelo país.

Saúdo-vos e encorajo-vos para que continueis nesta senda, porque me parece ser a que pode trazer alguma esperança aos portugueses: - a de viverem num país onde não são descartáveis, mas são, pelo contrário, cidadãos importantes na condução dos negócios políticos.